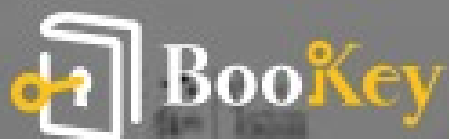


Curso De Direito Administrativo PDF

MARÇAL JUSTEN FILHO



Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

Sobre o Curso

Este curso oferece uma visão abrangente da atividade administrativa do Estado, enfatizando seu papel essencial na promoção dos direitos fundamentais, no fomento ao desenvolvimento sustentável do país e na realização dos princípios da Constituição de 1988. O direito administrativo é abordado como uma ferramenta indispensável para aprimorar a administração pública e garantir o papel ativo do cidadão.

A 15ª edição do curso traz atualizações sobre inovações legislativas e doutrinárias, além de incluir as decisões mais recentes dos Tribunais Superiores. Com uma abordagem que prioriza a clareza e acessibilidade, tanto para estudantes quanto para profissionais da área, o curso analisa os novos tópicos e desafios que o direito administrativo enfrenta na atualidade.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia Positiva

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mindfulness

Visões dos melhores livros do mundo

Desenvolvimento Pessoal

Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5 da Manhã



Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas



Como Não



Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

Curso De Direito Administrativo Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro **Curso De Direito Administrativo**

O livro "CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO" de Marçal Justen Filho é recomendado para estudantes de Direito, profissionais da área jurídica e servidores públicos que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre a administração pública e a legislação pertinente. Além disso, é uma obra imprescindível para advogados que atuam em contenciosos administrativos, como também para concursos públicos que exigem um entendimento sólido das normas que regem a atuação do Estado e seus órgãos. A leitura é valiosa tanto para iniciantes na matéria quanto para aqueles que buscam uma atualização teórica e prática sobre os temas contemporâneos do Direito Administrativo.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Curso De Direito Administrativo em formato de tabela

Capítulo	Tema	Resumo
1	Conceito de Direito Administrativo	Exploração do conceito, principais características e função do Direito Administrativo na sociedade.
2	Princípios do Direito Administrativo	Análise dos princípios básicos que regem a Administração Pública, incluindo legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
3	Atos Administrativos	Definição, classificação e requisitos dos atos administrativos, além de suas implicações e efeitos jurídicos.
4	Contratos Administrativos	Discussão sobre a formação, execução e extinção dos contratos firmados pela Administração Pública, bem como suas especificidades.
5	Serviços Públicos	Classificação e regime jurídico dos serviços públicos, e a responsabilidade da Administração Pública em sua prestação.
6	Poderes da Administração Pública	Descrição dos diversos poderes da Administração, como poder de polícia, poder regulamentar e poder discricionário.
7	Responsabilidade Civil do Estado	Conceitos de responsabilidade civil, incluindo a teoria do risco administrativo e a responsabilidade por ato lícito e ilícito.



Capítulo	Tema	Resumo
8	Controle da Administração Pública	Mecanismos de controle interno e externo da Administração, incluindo a atuação dos Tribunais de Contas e do Judiciário.
9	Processo Administrativo	Princípios e normas que regem o processo administrativo, assegurando o devido processo legal.
10	Improbidade Administrativa	Conceito e tipos de atos de improbidade, além das sanções aplicáveis aos agentes públicos.
11	Regulação e Agências Reguladoras	Função e importância das agências reguladoras no controle de setores públicos e privados.
12	Direito Administrativo Sancionador	Análise do regime sancionador da Administração Pública e suas consequências jurídicas.
13	Concessões e Permissões	Regras e características das concessões e permissões de serviços públicos.
14	Democracia e Administração Pública	Relação entre democracia e a prática da Administração Pública, destacando a participação popular.
15	Perspectivas e Desafios do Direito Administrativo	Discussão sobre os desafios contemporâneos e as possíveis evoluções do Direito Administrativo.



Curso De Direito Administrativo Lista de capítulos resumidos

1. A Evolução Histórica do Direito Administrativo Brasileiro
2. Princípios Fundamentais do Sistema de Direito Administrativo
3. Os Poderes Administrativos e suas Limitações Legais
4. Os Atos Administrativos e seu Regime Jurídico
5. Responsabilidade Civil do Estado: Teorias e Aplicações Práticas
6. Controle da Administração Pública e os Instrumentos Disponíveis

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

1. A Evolução Histórica do Direito Administrativo Brasileiro

A evolução do Direito Administrativo no Brasil é marcada por diversas fases e transformações, refletindo a dinâmica política, social e econômica do país. O surgimento deste ramo do direito remonta ao período colonial, onde as práticas administrativas eram rudimentares e estavam subordinadas a um sistema de governo centralizado. Com a chegada da Independência em 1822, o Brasil começou a moldar suas próprias instituições e normas, dando início a uma nova era para o Direito Administrativo.

Durante o Império, o Direito Administrativo brasileiro começou a se definir de maneira mais concreta, influenciado por modelos franceses e por um sistema de governo que privilegiava a centralização do poder. Com a Constituição de 1824, estabeleceu-se a separação dos poderes, mas o Executivo ainda gozava de amplos privilégios. As leis de 1832 e 1849 foram fundamentais para a organização administrativa do país, criando a figura do funcionário público e definindo a estrutura da administração pública.

Com a Proclamação da República em 1889, o Direito Administrativo brasileiro passou por novos desafios. A Constituição de 1891 introduziu a ideia de federalismo e a descentralização administrativa, promovendo uma maior autonomia dos estados. As normas administrativas tornaram-se mais sofisticadas, refletindo a necessidade de um Estado mais eficiente e capaz de



atender as demandas da sociedade em um contexto de rápida industrialização e urbanização.

A primeira metade do século XX foi marcada por uma intensa discussão em torno do modelo administrativo ideal. A influência do positivismo jurídico e das ideias de autores como Hely Lopes Meirelles fez com que se buscasse uma maior racionalidade e eficiência na gestão pública. O Estado Novo, durante os anos 1930, trouxe uma centralização e controle mais rigoroso sobre a administração, mas também impulsionou o surgimento de novos institutos, como a concessão e permissões.

Com a promulgação da Constituição de 1946, houve uma reelaboração do Direito Administrativo, que começou a incorporar princípios democráticos e a assegurar os direitos fundamentais. Nas décadas seguintes, notou-se um aumento da regulamentação sobre a atividade administrativa, refletindo uma crescente preocupação com o controle social, a legalidade e a eficiência da administração pública.

A Constituição de 1988 significou um marco indelével na história do Direito Administrativo brasileiro, consolidando princípios como a transparência, a publicidade e o devido processo legal na administração pública. Essa nova ordem democrática trouxe a efetivação de direitos sociais e a responsabilização da administração, além de fortalecer mecanismos de



controle e participação popular.

A evolução do Direito Administrativo no Brasil é, portanto, um reflexo das transformações sociais e políticas do país, sempre buscando equilibrar a necessidade de um aparelho estatal forte e eficiente com os direitos dos indivíduos e a proteção do interesse público. Essa trajetória não só define a estrutura e funcionamento da administração pública, mas também destaca os desafios contemporâneos que o direito enfrenta para se adaptar a um ambiente em constante mudança.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

2. Princípios Fundamentais do Sistema de Direito Administrativo

Os princípios fundamentais do sistema de direito administrativo brasileiro constituem a espinha dorsal da estrutura e funcionamento da Administração Pública, orientando sua atuação e garantindo a proteção dos direitos dos cidadãos. Esses princípios estão alicerçados nos valores da Constituição Federal de 1988 e refletem a busca pela eficiência, transparência, moralidade e legalidade no exercício das funções públicas.

Um dos princípios mais relevantes é o da legalidade, que estabelece que a Administração Pública só pode agir conforme a lei e dentro dos limites que esta impõe. Esse princípio é central para assegurar que a atuação governamental seja feita de maneira previsível e controlada, evitando arbitrariedades e abusos de poder. A legalidade é fundamental, pois garante que os cidadãos possam conhecer previamente as normas que regem suas relações com o Estado.

Outro princípio essencial é o da impessoalidade. Este princípio determina que a Administração Pública deve agir em prol do interesse público, isentando-se de favorecimentos pessoais ou de grupo. A impessoalidade contribui para a igualdade de tratamento entre os cidadãos, assegurando que todos tenham acesso aos serviços públicos sem discriminação.



A moralidade administrativa também é um pilar importante, exigindo que os atos da Administração Pública sejam guiados por padrões éticos e de integridade. Isso significa que, além do cumprimento da legalidade, os atos administrativos devem observar valores morais e princípios éticos, o que é fundamental para a construção de um Estado justo e confiável.

Já o princípio da eficiência refere-se à necessidade de que a Administração Pública alcance seus objetivos com o menor dispêndio possível de recursos, buscando sempre a melhor aplicação do dinheiro público. A eficiência implica um compromisso com o resultado e a qualidade dos serviços prestados à sociedade, refletindo uma postura proativa e inovadora na gestão pública.

Por último, o princípio da publicidade reforça a importância da transparência nas ações do governo. A publicidade dos atos administrativos permite que a sociedade fiscalize e acompanhe as atividades estatais, promovendo um controle social efetivo e contribuindo para a accountability da Administração Pública. A transparência é um mecanismo poderoso de combate à corrupção e à impunidade.

Esses princípios, em conjunto, formam a base do direito administrativo brasileiro e são indispensáveis para a promoção de um governo que respeita os direitos dos cidadãos e age visando o bem comum. A observância dos



princípios fundamentais do direito administrativo é essencial para a construção de uma Administração Pública ética, eficiente e responsável, capaz de atender às demandas da sociedade de maneira justa e igualitária.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

3. Os Poderes Administrativos e suas Limitações Legais

Os poderes administrativos são instrumentos essenciais para a promoção do interesse público e a execução das políticas estatais. No contexto do Direito Administrativo, são tradicionalmente reconhecidos cinco poderes: poder de polícia, poder discricionário, poder vinculado, poder regulamentar e poder de hierarquia. Cada um desses poderes desempenha um papel imprescindível na funcionalidade da Administração Pública, porém são sempre exercidos sob um manto de limitações legais que asseguram o respeito ao Estado de Direito e a proteção dos direitos dos cidadãos.

O poder de polícia é um dos principais instrumentos da Administração Pública, permitindo-lhe restringir ou condicionar o exercício de atividades individuais em nome do interesse coletivo. Este poder se manifesta, por exemplo, na concessão de alvarás e licenças, na realização de fiscalização e na imposição de sanções. É crucial, no entanto, que o exercício desse poder não seja arbitrário, devendo sempre respeitar os direitos fundamentais e os princípios do devido processo legal.

Outro aspecto importante é o poder discricionário, que confere à Administração certa liberdade de escolha na hora de decidir sobre a melhor forma de atender ao interesse público, desde que dentro dos limites legais estabelecidos. Este poder é contrastado pelo poder vinculado, que obriga a



Administração a agir tão somente conforme a lei, sem margem para escolhas ou flexibilizações. A linha divisória entre esses dois poderes é fundamental para garantir a imparcialidade e a justiça nas decisões administrativas.

O poder regulamentar, por sua vez, permite à Administração editar normas infralegais, visando detalhar e facilitar a aplicação das leis superiores. Este poder também deve ter limites claros, pois a regulamentação não pode extrapolar o que foi estabelecido pelo legislador, sob pena de usurpação da função legislativa.

A hierarquia administrativa, representada pelo poder de hierarquia, é a estrutura que organiza as relações entre os órgãos e entidades da Administração Pública, possibilitando o controle e a supervisão das atividades administrativas. Este poder garante uma coordenação eficiente e eficaz das ações do estado, mas deve ser exercido observando-se sempre a promoção da eficiência, legalidade e moralidade.

Além dos próprios poderes, a atuação da Administração Pública está condicionada a princípios fundamentais, como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Esses princípios servem como balizas para o exercício dos poderes administrativos, assegurando que tais ações sejam sempre voltadas para os fins públicos e respeitem os direitos dos cidadãos. As limitações legais que giram em torno



dos poderes administrativos não visam apenas proteger o Estado, mas, acima de tudo, os interesses da sociedade e a dignidade do indivíduo.

Em suma, o equilíbrio entre o exercício dos poderes administrativos e suas limitações legais é fundamental para assegurar não apenas a eficiência da Administração Pública, mas também a proteção dos direitos e garantias fundamentais dos administrados, consolidando, assim, a confiança da sociedade nas instituições e em suas ações.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

4. Os Atos Administrativos e seu Regime Jurídico

Os atos administrativos são manifestações unilaterais da vontade da Administração Pública, com a finalidade de criar, modificar ou extinguir direitos e deveres no âmbito administrativo. Eles desempenham um papel crucial na dinâmica da gestão pública, uma vez que permitem à Administração implementar suas políticas e alcançar seus objetivos.

A sua caracterização se dá pela presença de alguns atributos: a unilateralidade, a presunção de veracidade, a autoexecutoriedade e a imperatividade. A unilateralidade indica que o ato é produzido pela vontade da Administração, sem necessidade de consentimento do administrado. A presunção de veracidade assegura que a Administração é tida como verdadeira em seus atos, salvo prova em contrário. A autoexecutoriedade, por sua vez, permite que a Administração coloque em prática os atos administrativos sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário. Por fim, a imperatividade confere ao ato administrativo a força de imposição, determinando que a sua observância seja obrigatória, mesmo àqueles que o não concordam.

No que diz respeito ao regime jurídico dos atos administrativos, este se estrutura em normas que regulam desde a sua criação até a possibilidade de sua modificação ou anulação. A criação de atos administrativos deve



respeitar os princípios da legalidade, imparcialidade, publicidade e eficiência, que são fundamentais para garantir a justiça e a transparência na atuação da Administração Pública. Esses princípios orientam não apenas a atividade administrativa em si, mas também o controle social e a proteção dos direitos dos cidadãos perante a Administração.

Os atos administrativos podem ser classificados em diversas categorias, como atos normativos, atos ordinatórios, atos negociais e atos punitivos, cada um deles com características e finalidades específicas. Os atos normativos, por exemplo, criam regras gerais e abstratas, enquanto os atos ordinatórios representam decisões administrativas de caráter interno. Os atos negociais buscam um acordo entre partes, ao passo que os atos punitivos impõem sanções àqueles que descumprirem normas estabelecidas.

Ainda dentro do regime jurídico, destaca-se o processo de modificação e anulação dos atos administrativos. Um ato pode ser modificado quando há mudança de circunstâncias que justifiquem essa alteração, enquanto a sua anulação pode ocorrer em razão de ilegalidade ou vícios que impeçam a sua eficácia. Importante mencionar que, em caso de anulação, a Administração Pública deve observar o devido processo legal, garantindo ao administrado o direito de defesa, conforme preceitos constitucionais.

Além disso, é preciso abordar os efeitos dos atos administrativos, que podem



ser imediatamente executados, salvo disposições em contrário ou ações que suspendam sua eficácia. A eficácia pode ser suspensa em situações específicas, como a pendência de recurso administrativo ou a realização de uma revisão judicial.

Por fim, o regime jurídico dos atos administrativos é um componente chave da atividade administrativa, refletindo o compromisso da Administração Pública em agir de maneira transparente, legal e democrática. O tratamento dos atos administrativos à luz do Direito Administrativo está intrinsecamente ligado à proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos e ao fortalecimento das instituições democráticas.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5. Responsabilidade Civil do Estado: Teorias e Aplicações Práticas

A responsabilidade civil do Estado é um tema fundamental no Direito Administrativo e envolve a análise das condições em que o Estado pode ser responsabilizado pelos danos causados a particulares em decorrência de sua atuação. Esta responsabilidade é alicerçada em teorias que oferecem diferentes abordagens e explicações para a relação entre os atos administrativos e os prejuízos que deles possam advir.

A primeira teoria a ser considerada é a Teoria da Culpa, que estabelece que o Estado só pode ser responsabilizado civilmente se ficar comprovada a sua culpa, ou seja, se houve uma ação ou omissão negligente dos agentes públicos na realização de suas funções. Sob esta teoria, a culpa é avaliada de acordo com padrões de vigilância e diligência que se espera de um administrador público.

Contrapõe-se a essa visão a Teoria do Risco Administrativo, que não exige a demonstração de culpa para a imposição da responsabilidade. Segundo essa teoria, a responsabilidade do Estado decorre do fato de que ele exerce atividades que, por sua natureza, podem causar danos a terceiros. Assim, ao se considerar o Estado como um ente que requisita a realização de atividades que potencialmente podem ocasionar prejuízos, a responsabilidade se estabelece independentemente de culpa. Esta perspectiva visa proteger a



segurança dos cidadãos, garantindo que aqueles que sofrem danos possam ser compensados, mesmo na ausência de nexos de culpabilidade entre o agente público e o dano causado.

Em um terceiro plano de análise, surge a Teoria da Garantia, que visa assegurar que a responsabilidade do Estado é objetiva. Neste sentido, a proposta é que o Estado deve responder pelos danos que causa em virtude de suas atividades, independentemente de culpa, com base na ideia de que ele tem a obrigação de garantir a ordem pública e a segurança dos cidadãos. Assim, essa responsabilidade se fundamenta na ideia de que a coletividade e o bem-estar dos particulares devem ser priorizados, levando à criação de um sistema que permita a reparação dos danos de forma mais ágil e eficaz.

Compreender as teorias da responsabilidade civil do Estado permite uma análise mais profunda das situações práticas em que essa responsabilidade se manifesta. Um exemplo elucidativo ocorre quando um cidadão é prejudicado por um ato administrativo, como a demolição indevida de sua propriedade, sem o devido processo legal. Nesse caso, o Estado pode ser considerado responsável pela reparação do dano, quer sob a ótica da culpa, se demonstrado descaso dos agentes públicos, ou pelas teorias objetiva de responsabilidade, onde o Estado assume a obrigação de reparação por ter promovido um ato que, por sua natureza, afeta direitos individuais.



Além disso, é importante observar os mecanismos disponíveis para a ação de responsabilidade civil do Estado. O cidadão, ao ser vítima de um ato lesivo, pode buscar reparação através da via judicial, questionando a validade do ato administrativo e pleiteando a indenização pelos danos sofridos. O reconhecimento da responsabilidade do Estado não apenas promove a justiça em casos de danos, como também atua como um elemento pedagógico, alertando a Administração Pública acerca da importância de agir sempre em conformidade com os princípios da legalidade e da proteção aos direitos dos cidadãos.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

6. Controle da Administração Pública e os Instrumentos Disponíveis

O controle da Administração Pública é um dos pilares para garantir a eficácia, a transparência e a moralidade na gestão pública. Este mecanismo visa assegurar que os atos administrativos se pautem pela legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme estabelecido nos princípios constitucionais do Direito Administrativo. O controle pode ser exercido de forma interna e externa, cada um possuindo características e objetivos específicos.

O controle interno é promovido por órgãos da própria Administração Pública, como as Controladorias, que têm a função de monitorar e avaliar a execução orçamentária, a gestão de bens e a utilização de recursos públicos, visando a prevenção de irregularidades e a promoção da transparência. Nesse contexto, a Controladoria-Geral da União, por exemplo, atua no combate à corrupção e na eficiência da gestão, oferecendo diretrizes e realizando auditorias.

Por outro lado, o controle externo é exercido pelos órgãos de controle externos, como o Tribunal de Contas, que tem o papel fundamental de fiscalizar a legalidade e a legitimidade dos atos administrativos, especialmente em relação ao uso de recursos públicos. O Tribunal de Contas analisa as contas dos gestores públicos, emite pareceres e recomendações, e



pode determinar a restituição de valores ou a responsabilização de agentes em caso de irregularidades.

Ademais, a sociedade civil também desempenha um papel crucial no controle da Administração Pública mediante instrumentos de participação social e controle social. A legislação brasileira prevê mecanismos como a Lei de Acesso à Informação, que garante a qualquer cidadão o direito de solicitar informações sobre atos e decisões da administração pública, promovendo a transparência e contribuindo para a accountability.

Ainda nessa esfera, o controle jurisdicional se configura como uma das formas mais robustas de controle da Administração Pública. O Poder Judiciário tem a competência para analisar a legalidade dos atos administrativos, garantindo que seus efeitos não extrapolem os limites da legislação e da Constituição. A possibilidade de impetração de ações como mandado de segurança, ação popular e ação civil pública permite aos cidadãos e entidades questionar atos administrativos que considerarem ilegais, abusivos ou prejudiciais ao interesse público.

Importante destacar que a efetividade do controle da Administração Pública se dá, também, por meio de instrumentos como a auditoria, a avaliação de desempenho e a ouvidoria, que são essenciais para promover melhorias na gestão pública. As auditorias, por exemplo, podem ser realizadas tanto por



órgãos internos como externos, e são fundamentais para identificar falhas na administração, sugerindo alterações e acompanhando a implementação de práticas que visem a eficiência e a eficácia dos serviços públicos.

Assim, o controle da Administração Pública e os diversos instrumentos disponíveis configuram-se como uma rede complexa e interligada de mecanismos que buscam garantir a boa gestão dos recursos públicos, a justiça na autarquia e a satisfação das necessidades sociais. Essa articulação permite que a Administração Pública cumpra seu papel constitucional com responsabilidade e ética, promovendo o bem-estar da sociedade e a construção de uma democracia sólida e participativa.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5 citações chave de Curso De Direito Administrativo

1. O Direito Administrativo é um ramo do Direito Público que regula a atividade do Estado e suas interações com os cidadãos.
2. A Administração Pública deve pautar sua atuação pela legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme os princípios da administração pública.
3. Os atos administrativos são formas de manifestação da vontade do Estado e devem obedecer a formalidades específicas para sua validade.
4. O controle da Administração Pública é essencial para assegurar a eficiência e a transparência na gestão dos recursos públicos.
5. O estudo do Direito Administrativo é fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres em relação ao Estado.





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min
Lêla ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21
Obter recompensa do desafio

0 vezes
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar